



O MÉTODO AVALIATIVO NA ESPECIFICIDADE DA FILOSOFIA

Eduardo Felipe Dantas de Araújo. (1); Renata Leite Nunes. (2); Janaína Oliveira Diniz (3); Valmir Pereira. (4); Roberta Xavier Montenegro Bezerra. (5); Kalligiana Araújo de Farias. (6);

(1) *Universidade Estadual da Paraíba*, edufelipe@gmail.com; (2) *Universidade Estadual da Paraíba*, verdade.inventada30@gmail.com; (3) *Universidade Estadual da Paraíba*, oliveruepb@gmail.com; (4) *Universidade Estadual da Paraíba*, provalmir@gmail.com; (5) *Universidade Estadual da Paraíba*, robertamontenegro@oi.com.br; (6) *Secretaria de Educação do Estado da Paraíba*, kaligiana_filo@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Valmir Pereira - *Universidade Estadual da Paraíba*
(2) provalmir@gmail.com

RESUMO: O método avaliativo na educação escolar é um desafio para os professores de todas as disciplinas. Quando falamos da filosofia, tais formas de avaliação consistem em um debate principiante. Os materiais auxiliares do professor de filosofia atuante na educação básica são usualmente formados por orientações de conteúdo e metodologia, tendo a avaliação um espaço reduzido, tornando assim esta problemática escassa em relação aos métodos avaliativos. Este estudo tem como objetivo analisar as formas de avaliação na prática pedagógica dos professores de filosofia do Ensino Médio, em especial da Escola Estadual Nenzinha Cunha Lima. O trabalho foi realizado a partir da observação das aulas de filosofia deste colégio, no bairro José Pinheiro, em Campina Grande - PB. As análises aconteceram nas atividades que ocorriam semanalmente durante o primeiro bimestre do ano letivo de 2015, e a avaliação se deu por questões dissertativas, fichamentos, resumos, e apresentação de trabalhos. Para a avaliação na filosofia é necessário algo que valorize a subjetividade e opinião dos alunos dentro da sua capacidade crítica em enxergar as coisas ao seu redor. Os métodos de avaliação selecionados podem ser colaboradores para a aprendizagem efetiva e evolução da autonomia dos alunos e isto depende de como o professor entende e situa a sua disciplina no âmbito escolar, e na forma que o mesmo entende o próprio sentido da educação institucionalizada. O profissional da filosofia necessita do mecanismo tanto da conceitualidade quanto da experiência para conseguir orientar e dirigir ações avaliativas, possibilitando trabalho das questões, conceitos e concepções filosóficas e da educação numa íntegra fundamentação.



Palavras-chave: Filosofia; Educação; Avaliação.

INTRODUÇÃO

Avaliar na educação escolar é e sempre foi um desafio para os educadores de qualquer disciplina. Ao se tratar da filosofia, especificamente, estas formas de avaliação geram um debate, ainda iniciante, seja no ambiente da educação básica, a qual vem a cada dia mais dando espaço a essa disciplina, ou mesmo nos cursos de licenciatura, onde a mesma não possui muito espaço (DIAS, 2010). Após o retorno do ensino de filosofia e sua legalização enquanto disciplina no ensino básico da educação no Brasil, pela Lei 11.648 de junho de 2008, várias discussões crescem sobre a prática docente (MARÇAL, 2011).

Nesse sentido, vários pontos do âmbito filosófico são devidamente trabalhados durante toda a formação acadêmica do docente, porém, a questão avaliativa voltada para os alunos do ensino médio ainda é um assunto que requer maior atenção, pois se trata de uma temática pouco explorada. Por esse motivo, esta discussão é necessária e urgente para o ensino da filosofia (MARÇAL, 2011).

Os materiais que visam auxiliar o professor de filosofia atuante na educação básica são compostos frequentemente por orientações de conteúdo e metodologia, tendo a avaliação um espaço reduzido, o que torna a problemática escassa sobre os métodos para avaliação (DIAS, 2010).

De outra maneira, de forma paradoxal, é comum encontrar nas instituições de nível superior, em seus processos seletivos, conhecimentos de filosofia. A partir daí, se conhecimentos desta disciplina são necessários ao final do ensino médio, para ingresso no ensino superior, subentende-se que existem conhecimentos específicos que atribuem uma identidade a esta área do conhecimento, sendo assim passíveis de serem avaliados



de forma objetiva, como acontece com as demais disciplinas escolares. Todavia, mesmo afirmando isso, há um consenso de que não é necessário, ou mesmo possível, avaliar de forma objetiva em filosofia, onde são adotados trabalhos, juris simulados, debates e questões dissertativas, de forma que o aluno demonstre um posicionamento pessoal frente aos temas discutidos durante as aulas, como formas avaliativas (DIAS, 2010).

Desse modo, há uma dificuldade em instaurar instrumentos avaliativos que verifiquem a aprendizagem dos conhecimentos específicos de filosofia, uma vez que essa averiguação costuma ser feita numa abordagem que privilegia a história da filosofia. Sendo assim, vários professores têm por objetivo “ensinar a filosofar” e não “ensinar filosofia”. O primeiro conceito se baseia em saber “pensar bem”, com criatividade, criticidade e autonomia, enquanto o segundo condiz ao acúmulo dos conteúdos formais dessa disciplina (DIAS, 2010).

Assim, este estudo possui como objetivo analisar o método avaliativo na prática pedagógica dos professores de filosofia do Ensino Médio, enfatizando o que ocorre na Escola Estadual Nenzinha Cunha Lima.

METODOLOGIA

A proposta deste trabalho procedeu a partir da observação das aulas de filosofia para as turmas de ensino médio da Escola Estadual Nenzinha Cunha Lima, no bairro José Pinheiro, em Campina Grande, onde em parceria com a Universidade Estadual da Paraíba, é desenvolvido o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) de Filosofia. Conhecendo o cotidiano das aulas de filosofia, a relação entre os alunos e a professora, as análises pautaram-se semanalmente no período que corresponde ao primeiro bimestre do ano letivo de 2015.

É importante destacar que a escola onde ocorreu a investigação possui uma



forte interação entre direção, docência e alunado, bem como uma ativa interdisciplinaridade, e mais especificamente, alunos que se interessam e conseguem ter uma boa “relação” e interesse com a disciplina de filosofia, o que significa um contraste com outras escolas que possuem a disciplina de filosofia em sua grade curricular.

O método avaliativo foi composto de questões dissertativas, com base em assuntos já discutidos, com respostas bem elaboradas, fichamentos e resumos dos textos trazidos pelo livro didático usado em sala de aula, o que propicia ao aluno contato mais direto com a vida e as obras dos filósofos estudados, e também a apresentações de trabalhos em forma expositiva a partir de assuntos oferecidos e sorteados para pesquisa em casa, para socialização e discussão em sala de aula.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A possibilidade da avaliação na filosofia até então tem sido abordada de maneira superficial em pesquisas e produções acadêmicas, o que implica numa problemática para o cotidiano escolar do professor de filosofia. Podemos observar em nossas escolas que é dada uma grande importância à avaliação, sem que a mesma seja melhor trabalhada dentro da sua especificidade, assim fazendo com que os alunos analisem esta prática como algo que "mede" o seu processo de aprendizagem, no final não passando de suas notas finais na escola. É necessário que o aluno não diferencie os recursos como trabalho, debate, prova, como elementos utilizados em seu individual, mas que possa enxergar algo complexo, uma conjuntura que possibilita "medir" os seus avanços em forma contínua (MARÇAL, 2011).

Os métodos avaliativos escolhidos pelos professores podem ser ou não colaboradores para aprendizagem eficaz e da evolução da autonomia de seus alunos, e isto depende da maneira de como o mesmo entende e situa sua disciplina no âmbito da



educação escolar, e na forma tal qual entende o próprio sentido da educação institucionalizada. Assim, as formas pelas quais o professor avalia seus alunos influencia diretamente nos resultados que serão obtidos através deles (DIAS, 2010).

A avaliação na filosofia deve compreender em algo que consiga valorizar a subjetividade e opinião dos alunos dentro da sua capacidade crítica em enxergar as coisas ao seu redor. Um simples cuidado que devemos ter, é o afirmado por Desidério Murcho (2003), quando aborda a subjetividade ou objetividade na avaliação, onde afirma que mesmo sendo algo de teor subjetivo, no qual os alunos poderão se reportar mais ativamente, a quantificação de acerto dos alunos será relativa à visão do professor.

Essa quantificação ao ver do professor, consiste na verificação do núcleo de informações e conhecimentos que devem ser obtidos pelos alunos na sala de aula, e que podem ser verificados. Ao oferecer para os alunos pensamentos que até então já foram discutidos, conceituações e ideias, estamos proporcionando algo para que eles se esforcem e consigam se apropriar, e com esta propriedade consigam atingir um pensar com criticidade e reflexão. A partir disto, o professor irá buscar formas para avaliar tanto o conteúdo quanto este avanço filosófico dos alunos (MARÇAL, 2011).

Uma correta avaliação não depende exclusivamente de saber se o teste pode ser enquadrado no formato de perguntas diretas ou questões dissertativas, de múltipla escolha ou trabalho em grupo, mas sim de ter o conhecimento de quais conteúdos foram trabalhados em sala de aula, os motivos pelos quais esse tema foi selecionado, qual o aprendizado que o professor quer deixar, e quais os métodos e recursos ele está utilizando para que isso aconteça de forma eficaz. A avaliação que se baseia de parâmetros subjetivos, no sentido simplista de que tudo depende das particularidades de cada aluno que é avaliado, ou das suas preferências e opiniões pessoais, não possui valor educativo ou formativo (DIAS, 2010).



CONCLUSÃO

Diante desta diversificação quanto à forma avaliativa, sabe-se que a prova em si é paradigma nas instituições de ensino, por haver uma necessidade de obtenção da nota exigida, ou seja, a avaliação torna-se um dispositivo que controla tanto os alunos quanto os professores. Assim, não pode a prova sozinha, como um modo autêntico e único para a verificação do nível de aprendizado, tornar-se apenas mais uma obrigação a ser cumprida por alunos e professores por necessidade dos padrões escolares.

A atividade filosófica está, de certo modo, a cargo do professor, que pode fugir um pouco do modelo escolar para questões que abrangem a prática do cotidiano dos próprios alunos. De fato, não se pode negar que a avaliação ainda constitui de forma efetiva como acompanhamento do gradual desenvolvimento dos alunos, mas não deve ser tratada como única formalidade, deve progredir, e mostrar consonância com perspectivas filosóficas dos docentes, ou seja, todo o processo de avaliação pode e deve possuir os objetivos que o professor estabelece, dialogando com o fazer pedagógico necessário.

Outra ressalva, é que nossa formação deve lançar um olhar mais ativo sobre o processo avaliativo como um todo na área da filosofia, seja através da pesquisa, ou pelas próprias vivências diárias nas salas de aula.

O profissional da filosofia necessita do aparato tanto da conceitualidade quanto da experiência que consigam orientar e dirigir as ações na prática avaliativa, e que mesmo como dispositivo da instituição para verificação de aprendizagem e imposição de notas, possibilitem o trabalho das questões, conceitos e concepções filosóficas e da educação numa íntegra fundamentação.

Por fim, após questionarmos as possibilidades para o avanço na questão avaliativa da filosofia, não se pode esquecer que a mudança na avaliação, não altera



apenas o paradigma escolar, mas que proporcione um progresso na questão qualitativa do aprendizado do aluno, mediante sua compreensão, e lados afetivo e social; uma nova visão de avaliação que veja o aluno não só pelo lado intelectual, mas no todo como de fato é.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MARÇAL, Kátiuska Izaguirry; TOMAZETTI, Elisete M.. Aula de filosofia e avaliação. **Educação em Revista**, Marília, v. 12, n. 1, p.97-108, jan./jun. 2011.

2. DIAS, Marinês Barbosa de Oliveira. Avaliação em Filosofia sim! Por que não? Uma proposta para a elaboração de instrumentos avaliativos da aprendizagem de Filosofia na Educação Básica. **Revista Sul-americana de Filosofia da Educação – Resafe**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.54-63, abr. 2010.

3. MURCHO, D. Avaliação em Filosofia a e subjectividade. **Revista Crítica na Rede**, jun. 2003. Disponível em: <[http://criticanarede.com/\\$l_avaliacao2.html](http://criticanarede.com/$l_avaliacao2.html)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

4. RODRIGO, Lidia Maria. Aspectos didáticos-pedagógicos da docência filosófica. In: RODRIGO, Lidia Maria. **Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio**. Campinas, Sp: Autores Associados, 2009. Cap. 3. p. 67-96. Coleção formação de professores.